



INCLUSÃO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: DIFICULDADES E DESAFIOS

Grasiela Mecatti Nakahara¹
Rosângela Marcilio Bogoni²

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido como requisito de conclusão de curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tendo como linha de pesquisa a educação inclusiva para a Síndrome de Down. Desenvolve-se a partir de análise de depoimento dos pais do aluno, professores, a fim de entender como acontece a inclusão de um aluno com Síndrome de Down na classe comum de ensino. Pretende-se, desta forma, contribuir para instruir a sociedade sobre as pessoas com síndrome de Down e a educação inclusiva das mesmas ajudando a minimizar as diversas barreiras existentes. Pensar em Inclusão é pensar na transformação do sistema educacional.

Palavras chave: Síndrome de Down; Inclusão Escolar; Educação; Necessidades Especiais; Diferenças.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada teve como tema a inclusão das pessoas com síndrome de Down: dificuldades e desafios. Para tanto, a metodologia para esse estudo, considera levantamento bibliográfico para a elaboração da fundamentação teórica, como também se realiza um estudo de caso com um aluno de sete anos que tem a Síndrome de Down (SD).

O objetivo deste trabalho foi identificar, analisar e relatar as dificuldades encontradas pelo aluno com Síndrome de Down no processo de inclusão.

A inclusão é um tema polêmico, pois a Lei 9394/96 (LDBN) estabelece, entre outros princípios, o de “igualdade e condições para o acesso e permanência na escola” e adotou nova modalidade de educação para “educandos com necessidades especiais”. Mas as reais condições são outras, uma vez que se questiona se essas crianças têm mesmo essa “igualdade e

¹ Aluna do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: grasielanakahara@gmail.com.

² Professora do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: rosebogoni@hotmail.com.

condições, acesso e permanência na escola”, a escola e os professores estão qualificados para receberem crianças com necessidades especiais?

Ocorre ainda que, na sociedade, o preconceito está impregnado à cultura dos brasileiros. Com o intuito de desenvolver um trabalho voltado para a inclusão do aluno com Síndrome de Down, parte-se do pressuposto de que independentemente de dificuldades ou diferenças, todas as crianças aprendem juntas.

A educação é um processo abrangente que envolve toda a vida humana. Numa escola de todos e para todos, a inclusão não é uma forma de negação da deficiência e também não podemos negar as diferenças e/ou a existência da diversidade. Contudo, ser diferente é também serem dotadas de possibilidades, necessidades e potencialidades.

No entanto, na escola encontra-se o discurso da inclusão pautado no despreparo dos profissionais da educação que não têm ou não recebem formação adequada para conviver com a realidade que se configura, realidade que precisa da valorização da diferença com direito a plenas condições, sendo um processo de construção de uma sociedade para todos. Outra preocupação constante foca na integração, que só integra aqueles que conseguem adaptar-se ao meio, sem que a sociedade se modifique para recebê-lo. A diversidade humana cada vez mais destacada é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

O processo de inclusão só se consolida a partir da valorização da diferença com direito a plenas condições.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inclusão Escolar

Mantoan (2006, p. 19), assegura que:

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já

que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN,2006, p.19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirmam o direito de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e ambas definem que é missão dos docentes zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar. Analisando as legislações se faz necessário repensar o modelo de escola atual. A formação do professor precisa estar integrada a uma prática reflexiva e a mudanças de postura, para que as legislações que regem a educação inclusiva não sejam vistas como uma imposição, mas como apoio para possíveis avanços na questão inclusiva desses sujeitos, com objetivo em ter uma educação igualitária e de qualidade.

De acordo com o dicionário informal, a palavra “inclusão” vem do verbo incluir (*do latim includere*), no sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de.

Para Vigotsky (1997), se um sujeito tem uma necessidade educacional especial, não quer dizer que ele tenha que ser privado de interagir com o meio social. Afirma o autor que ele terá uma forma particular de se apropriar do conhecimento. Cabe aos atores do meio sociocultural disponibilizar mecanismos para que essa aprendizagem e esse desenvolvimento ocorram.

A criança com Síndrome de Down tem muitas limitações e especificidades, mas não significa que não consiga aprender. O trabalho pedagógico deve respeitar o ritmo da criança e propiciar-lhe estimulação apropriada para desenvolvimento de suas habilidades.

O princípio que direciona a escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. Promover a inclusão, embora seja um dever das escolas previsto em lei, é uma ação que tem andado a passos lentos para alcançar o objetivo que é garantir a todas as crianças com necessidades educacionais especiais uma escola com qualidade, com ensino que supra suas

necessidades, pois infelizmente a estrutura de ensino está montada para receber um aluno ideal, com suportes padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo preservado.

Para Schwartzman (1999, p. 253), “no ensino inclusivo, a estrutura escolar é que se deve ajustar às necessidades de todos os alunos, favorecendo a integração e o desenvolvimento de todos, tenham necessidades educacionais especiais ou não”. Porém, o que vem acontecendo nas escolas de ensino regular, é que a criança que está se moldando à estrutura da escola para ser integrada.

Com base nas legislações vigentes, o sistema nacional brasileiro por meio da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/LDBEN 9394/96), faz-se o seguinte apontamento:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (LDB/96).

Preconizam-se as legislações, (CFB/1988) e (LDB/96), para educação especial (modalidade):

- a) Preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais;
- b) Serviços de apoio especializado, na escola regular ou em classes, escolas ou serviços especializados;
- c) A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero ano;
- d) Terminalidade específica para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir para os superdotados;

- e) Professores com especialização, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- f) Articulação com o trabalho, visando a integração na vida em sociedade;
- g) Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, e determina que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino". Nesta mesma época documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), influenciam na formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008, acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, tendo em vista formar políticas públicas autoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

Os alunos com Síndrome de Down têm total capacidade de aprender, de conviver, de interagir, de ensinar como qualquer outro aluno, mas tudo ao seu tempo. No entanto percebe-se que nas escolas são alunos rotulados por sua deficiência, sem qualquer chance de defesa, "ele não consegue aprender porque tem síndrome". Infelizmente esses alunos ao chegar às escolas, não

são considerados como “alunos” e sim como um problema para a mesma. Além disso, há falta de conhecimento e despreparo por parte do ambiente escolar. Todas as crianças têm suas diferenças particulares em algum aspecto: porém, precisa-se ensinar para aprender.

Com base no Censo Escolar (2014), o número de alunos com necessidades especiais, matriculados em escolas regulares, aumentou muito nos últimos anos, apesar do acréscimo, a educação inclusiva é um desafio em nosso país. Embora a lei ampare a matrícula de alunos com deficiências em todas as escolas, nem todas têm o preparo adequado para lidar com esses estudantes. Outros fatores necessários são investimentos nas mudanças físicas das escolas, obtenção de materiais, contratação de professores especializados, formação continuada para professores, coordenadores e servidores que atuam neste espaço educacional, haja vista que essa modificação deve acontecer de forma breve.

Para Schwartzman (1999), um dos assuntos mais discutidos atualmente é a ideia de que o professor deve criar nas salas de aula um bom convívio entre os alunos. Para tanto é imprescindível que os professores aperfeiçoem-se e completem assim suas práticas educativas, como: criatividade, motivação, aspiração para ensinar, essa sua experiência deverá acontecer com a ajuda dos profissionais especializados como: pedagogos, psicopedagogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, para que a escola possa ofertar uma educação de qualidade para todos. Vale ressaltar a importância da educação inclusiva que é também contar com o envolvimento das famílias, escola e comunidade.

Alguns obstáculos, só serão superados a partir do convívio com eles, pensa-se que a escola precisa antes preparar-se para somente depois receber as crianças com necessidades especiais. Faz-se necessário vivenciar as dificuldades para buscar as soluções coerentes.

2.2 Síndrome de Down e Inclusão

De acordo com as Diretrizes de atenção à Pessoa com Síndrome de Down (SD) (2012, p.9), o termo “*síndrome*” significa um conjunto de sinais e sintomas e “*Down*” designa o sobrenome do médico e pesquisador que primeiro descreveu a associação dos sinais característicos da pessoa com SD.

Segundo Louredo (2003), a Síndrome de Down foi descrita pelo médico inglês John Langdon Down, em 1866. Mais tarde, em 1959, Jérôme Lejeune encontrou que a causa da síndrome era genética. No período que antecede a identificação da alteração cromossômica, os pacientes com SD eram rejeitados e mantidos em condições precárias, um período marcado por uma intolerância de raízes religiosas e culturais, ícones do preconceito humano.

Nas últimas décadas do século XX, houve o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, onde toda criança, independente de sexo, raça, cor, religião ou capacidade mental teria direito e cuidados médicos e educação.

Conforme Varella (2015), a Síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só a criança acometida, mas também a toda sua família. Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, que é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária. Os portadores da síndrome, em vez de dois cromossomos no par 21, possuem três.

De acordo com o “Movimento Down”, entre as características físicas associadas à SD estão: olhos amendoados, orelhas pequenas localizadas na linha abaixo dos olhos, base nasal plana, cabelo liso e fino, protusão lingual, prega simiesca (prega palmar única transversal), maior propensão ao desenvolvimento de algumas doenças como cardiopatias e problemas respiratórios, hipotonia muscular e deficiência intelectual. Porém não seja necessário todas essas características presentes para se ter o diagnóstico clínico de SD. O diagnóstico laboratorial da Síndrome de Down se faz através de um exame genético chamado cariótipo.

A intensidade de cada um desses aspectos varia de pessoa para pessoa e não há semelhança entre as características físicas e um maior ou

menor comprometimento intelectual. Apesar das diferenças, há uma aceitação da comunidade científica de que não se impõem grau à SD. O desenvolvimento das pessoas com SD está fortemente relacionado ao estímulo e apoio que ganham, principalmente nos primeiros anos de vida.

O “Movimento Down” assegura que é importante destacar que a síndrome de Down não é uma doença como algumas pessoas acreditam, e sim uma condição própria à pessoa, deste modo não se deve falar em tratamento ou cura. Contudo essa condição está em alguns casos associadas a algumas questões de saúde que precisam ser analisadas desde o nascimento.

Segundo Bastos (2002), a pessoa com SD é capaz de compreender suas restrições e viver com suas dificuldades, isso evidencia a necessidade dessas pessoas de participar e intervir com autonomia em um mundo onde os ditos “normais” e deficientes são semelhantes em suas diferenças.

Quando comparados às crianças “normais”, a criança com síndrome de Down expõe seus graus de desenvolvimento mais lento, cabendo aos pais e educadores à função de estimulá-los com atividades lúdicas, tendo em vista prepara-los para a aprendizagem de habilidades mais complexas. Dentro dos limites postos por sua condição genética principal, são capazes de operar em graus muito mais elevados do que se esperavam anteriormente.

A criança com SD que recebe estímulos a partir do nascimento têm demonstrado maior capacidade de integração do que as que recebem estímulos tardiamente.

Trindade (2013), o esclarece ser fundamental que a população encare o indivíduo com síndrome de Down como outro cidadão com limitações, mas com vontades próprias que devem ser respeitadas. As pessoas com Síndrome de Down não podem ser considerados anormais, muito menos serem “dignos de piedade”, não podem ser vistos como um conjunto de imagens negativas favorecendo a segregação. Entretanto como uma pessoa que tem capacidade de tornar-se independente.

Para Almeida (2008), na maioria das vezes crianças com síndrome de Down apresentam as seguintes dificuldades: desenvolvimento tardio de habilidade motora, tanto fina como grossa, dificuldades de audição e visão,

dificuldades no discurso e na linguagem, déficit de memória auditiva recente, capacidade de concentração mais curta, dificuldade com a consolidação e retenção de conteúdo, dificuldades com generalizações, dificuldade em seguir sequências, dentre outras. Tudo isso interfere no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças e geralmente não são do conhecimento dos educadores. Porém, é preciso garantir a essas crianças o mínimo de dignidade e respeito em suas necessidades e capacidades.

O processo de inclusão escolar requer da sociedade um olhar novo para as diferenças do indivíduo, motivando um compromisso assumido por todos, pois o ser humano tem como principal características, a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade.

A inserção de crianças com síndrome de Down em escolas regulares tem sido assunto de muitas pesquisas, os resultados determina-se a existência de vários estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Essas pessoas tem a capacidade de se desenvolver e executar atividades diárias assim como adquirir formação profissional.

Respeitar as diferenças individuais é um dever de todos. As práticas pedagógicas adaptadas às diferenças individuais veem sendo promovida dentro das escolas do ensino regular, no entanto, requer metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados.

A educação, como prática social, dentro de um contexto sócio-econômico-político, não é uma atividade indiferente, mas quando resiste e subverte a escala de valores predominantes, a prática pedagógica passa a ser um fator transformado muito eficiente. Realizar mudanças traz benefícios para todos e colabora para assegurar os direitos fundamentais dos sujeitos, em todos os níveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de caso foi abordado com uma metodologia qualitativa, o instrumento utilizado foi entrevista semi-estruturada, para a qual foram elaboradas questões abertas e relevantes ao tema pesquisado. No entanto, as

entrevistas foram direcionadas aos pais do aluno com Síndrome de Down, a professora da sala comum (regente) e a professora da sala de recursos e duraram aproximadamente uma hora cada, gravadas em áudio.

O aluno do estudo de caso, nomeado aqui de Pedro, tem sete anos de idade e encontra-se no primeiro ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Diamante do Norte, Paraná.

Durante as observações realizadas na sala de aula, a pesquisadora percebeu que Pedro obteve sucesso nas atividades, quando a professora regente se dirigiu exclusivamente a ele, Pedro observava tudo, a professora, os colegas, mas parecia disperso a aula, sua concentração era limitada. Ele conhece as cores, as vogais, consegue identificar o seu nome, mas não consegue fazer a transferência para o papel. Quanto às explanações diárias, a metodologia utilizada pela professora regente com Pedro foi a mesma dos demais alunos.

As entrevistas semi-estruturadas foram compostas por nove questões abertas para as professoras, que se realizaram na escola onde trabalham, em dias distintos e separadamente. Para os pais de Pedro foram feitas quatro questões que os dois responderam juntos, em sua residência, sendo as seguintes questões:

Para as professoras:

1-Como você caracteriza as pessoas com Síndrome de Down?
2- Como deve ocorrer a inclusão escolar? Quais são os objetivos?
3- O que você acha da inclusão dos alunos com Síndrome de Down?
4- Para você quais as vantagens e desvantagens da inclusão desses alunos?
5- Como é a sua prática pedagógica com alunos com Síndrome de Down?
6-Em que condições a inclusão desses alunos se processaria da melhor forma?
7- Quais as reais condições do aluno com Síndrome de Down aprender e que tipo de trabalho deve-se priorizar?
8- Qual é a sua formação para atuar com alunos com necessidades

educacionais especiais? Você recebe apoio dos outros profissionais de educação?

9- Como é repassada a informação sobre as diferenças, aos demais colegas?

Para os pais:

1- Como vocês receberam a notícia de que seu filho tinha Síndrome de Down?
--

2- Vocês encontram dificuldades para educar? Quais?

3- Quais acompanhamentos especializados vocês realizam com seu filho?

4- Qual dificuldade vocês encontraram na inclusão escolar?
--

Na primeira questão, dirigida às professoras, as duas responderam que percebem uma diferença na fala, o formato do rosto é diferente, as mãos são diferentes, mas que essas características são mais nítidas em algumas crianças com SD e em outras não.

Quando questionadas sobre como deveria ocorrer a inclusão escolar, a resposta da professora da sala de recursos foi que a escola deve-se adaptar-se ao aluno, buscando suporte necessário que possibilitem a aprendizagem, com objetivo além do aprendizado uma boa socialização. É o que afirma Schwartzman (1999), “no ensino inclusivo, a estrutura escolar é que se deve ajustar às necessidades de todos os alunos, favorecendo a integração e o desenvolvimento de todos, tenham necessidades educacionais especiais ou não”.

Já, a professora regente, diz que: “em primeiro lugar tem que ter uma inclusão de socialização, até pra ele conhecer o ambiente e as regras, para depois ter a aprendizagem porque é muito difícil em minha opinião ele estar em uma sala regular, mas não tem uma pessoa só pra ele, eu não consigo dar atenção, me direcionar a ele o tempo todo. Então no meu ponto de vista tem que ter a inclusão, mas além da inclusão todos têm que estar preparados para a inclusão, a coordenação, as cozinheiras, as serventes, secretário, diretor, não dá pra ter inclusão só do professor, porque a palavra inclusão é bonita, mas de fato ela não acontece. Segundo ela, é necessária a socialização, até porque

depois da socialização passa-se a conhecer o momento da criança, os avanços que são lentos, mas que acontecem”.

Sobre as questões três e quatro, as professoras concordaram que na escola regular o aluno com Down pode interagir com os demais, mas o que falta é o apoio de profissionais específicos como fonoaudióloga, terapeuta ocupacional e uma psicopedagoga.

Questionadas sobre como é a sua prática pedagógica com o aluno com Síndrome de Down, a professora da sala de recursos respondeu: “desenvolvo atividades que estimulam raciocínio lógico, concentração, coordenação motora e autonomia, trabalho mais com jogos e o lúdico”. A resposta da professora regente foi:

“eu estava bem desorientada no começo, pois não tenho uma hora atividade para o aluno regular e outra para o aluno especial, tanto que para o aluno regular eu tenho várias outras dificuldades, uns não conseguem isso, outros não conseguem aquilo, então eu não consigo preparar vários materiais diferentes, eu fui orientada a trabalhar com o SD o mesmo material, só que com letras maiores, pontilhados, trabalhar só a primeira letra das palavras, o oral que é onde ele grava mais alguma coisa, o nome dele eu uso o material que a mãe dele fez e trouxe para escola, que é as letras do nome dele em EVA todas enumeradas e com velcros para colar, ele gosta muito. Tem horas que ele aceita as atividades, mas tem horas que não, então eu trabalho no tempo dele”.

Sobre essa orientação que a professora recebeu, ela alega que foi uma única vez a pedido dela, uma psicopedagoga contratada pelo município temporariamente a orientou sem conhecer o aluno, apenas por algumas falas da professora.

O que se percebe é que as atividades estão voltadas para o que é melhor para todos os alunos, não tendo adaptações e planejamento para o aluno com SD, o que apresenta que as dificuldades em sala de aula não são direcionadas ao ensino de um aluno com necessidades especiais.

Na questão de número seis, a professora da sala de recursos foi bem categórica: “com o acompanhamento de profissionais necessários”. A professora regente diz que a partir do momento que todos estiverem preparados e que todos conhecessem a realidade de uma sala de aula regular com inclusão. Para a resposta da professora, vou ao encontro a ideia de Vygotsky (1996), o qual destaca que a condição humana não é dada pela

natureza e sim construída ao longo de um processo histórico-cultural, pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio.

Para a questão sete, destaca-se a resposta da professora regente que diz: “uma sala com menos alunos, já é menos barulho, melhora a concentração dele, eu consigo direcionar mais a atividade para ele, pois tem dias que eu não consigo, dependendo da atividade é a estagiária que o acompanha. O que deveria priorizar é uma pessoa capacitada que o acompanhe, a estagiária me ajuda, mas ela não conhece as dificuldades dele, não sabe como fazer... é difícil...”.

Sobre a formação profissional, as duas professoras possuem pós-graduação em Educação Especial, e no momento não recebem apoio de outros profissionais.

Quando questionadas sobre o repasse de informação sobre as diferenças aos demais colegas, as duas professoras responderam que o aluno com Down é tratado de forma igual aos demais, até mesmo na hora de impor limites e os colegas gostam muito de interagir com ele, são gentis e cuidadosos.

Na entrevista com os pais de Pedro, a mãe relatou que recebeu a notícia de que seu filho tinha síndrome de Down durante sua gestação, por meio de um exame com o líquido amniótico, disse que ficou muito preocupada e com medo no começo, mas depois enfrentou e sempre o trataram naturalmente, “na hora de brincar brinca-se e na hora de corrigir corrigia-se, normal como qualquer outra criança”. Logo questionados sobre as dificuldades para educar, o pai respondeu que nunca o trataram diferente por ele ter SD, sabiam desde o início que ele precisaria de atenção, mais acompanhamentos do que o normal, mas quanto à educação, garantem é a mesma que deram ao outro filho. Pedro desde os seis meses frequentou a APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais) e lá recebia alguns dos atendimentos especializados que necessitava. Por decisão dos pais, Pedro, este ano, entrou no ensino regular, mas afirmam que não está sendo fácil, pois ele perdeu os atendimentos especializados na APAE, e para os pais esse é o ponto negativo da inclusão, pois Pedro precisa desses atendimentos para complementar sua aprendizagem, como Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional, Psicóloga e uma Psicopedagoga e a escola e o município não proporcionam.

Para Stray-Gundersen (2007), ao nascer uma criança com Síndrome de Down é papel familiar inserir essa criança no contexto social o mais cedo possível e garantir a inclusão dela nas escolas regulares, colaborando com seu pleno desenvolvimento.

Outra dificuldade que os pais de Pedro alegam, no processo de inclusão, é a falta de informação dos professores e de apoio da escola, os pais relatam que tem um bom relacionamento com as professoras de Pedro, mas com a equipe da coordenação pedagógica, percebem certo afastamento, e o ideal seria que todos trabalhassem juntos.

É comum ouvirmos o discurso de que a principal dificuldade encontrada no processo de inclusão é a falta de preparo dos professores e da escola, e que o lugar ideal para alunos com necessidades educacionais especiais é nas escolas especiais. Nessa mesma alocução já podemos identificar o despreparo e o preconceito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o que foi observado, entende-se que as dificuldades e desafios no processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down aqui investigado são consideráveis, falta estrutura, materiais adequados, profissionais especializados para o atendimento com essa criança, metodologia e estimulação, sobretudo falta à reeducação cultural da sociedade, a valorização das diferenças, pois o “diferente é normal”. É imprescindível que todos se conscientizem de que para a inclusão deixar de ser um desafio e se tornar uma conquista, é indispensável o empenho de toda a equipe escolar.

Os princípios de uma ação pedagógica dinâmica precisam prevalecer em qualquer espaço. O ato de ensinar deve ser domínio do professor, e o ensinar na diversidade, o comum a ser reconhecido. Os professores devem estar conscientes de sua importância e do seu desempenho, pois é na relação sólida entre o aluno e o professor que são fornecidos os elementos que permitem decisões educacionais mais acertadas.

Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, respeitando suas diferenças,

conhecendo cada aluno, respeitando suas potencialidades e necessidades e a elas respondendo com qualidade pedagógica.

É essencial que a escola torne-se um lugar especial. Especial para todos que nela ingressam, que as diferenças possam ser reconhecidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Incluindo alunos com síndrome de Down na escola.** Instituto Inclusão Brasil. 2008. Disponível em: <<http://inclusaobrasil.blogspot.com.br/2008/08/o-indivduo-com-sndrome-de-down-e.html>> Acesso em: 30 de junho de 2015.

BASTOS, Ana P. Beltrão. 2002. O problema (Artigo).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 19 de set. de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/rededeativadores/wpcontent/uploads/2014/10/diretrizes_cuidados_sindrome_down.pdf> Acesso em: 19 de set. de 2015.

COSTA, Laurinda do Nascimento. **A Inclusão Escolar de um aluno com Síndrome de Down: Um Estudo de Caso.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2456/1/2011_LaurindadoNascimentoCosta.pdf> Acesso em: 30 de junho de 2015.

DICIONÁRIOINFORMAL. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br/significado/inclusao/3775/> Acesso em: 19 de set. de 2015.

LOUREDO, Paula. **Síndrome de Down.** Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/doencas/sindrome-de-down.htm>> Acesso em: 30 de junho de 2015.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Cotidiano escolar: ação docente. Ed.2. Editora Moderna, 2006.

MOVIMENTO DOWN. Síndrome de Down. Características. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/caracteristicas/>> Acesso em: 21 de junho de 2015.

PORTAL BRASIL. Dados Censo Escolar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>> Acesso em: 19 de set. de 2015.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.324p.

STRAY-GUNDERSEN, K. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** Trad. Maria Regina Lucena Borges – Osório. Porto Alegre: Artemed, 2007.

TRINDADE, Cristina Maria Teixeira. **O psicopedagogo e sua intervenção na aprendizagem de alunos com síndrome de down.** Portal Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/30041/o-psicopedagogo-e-sua-intervencao-na-aprendizagem-de-alunos-com-sindrome-de-down#!1>> Acesso: 21 de dez. de 2014.

VARELLA, Drauzio. **Alteração genética síndrome de down.** Clínica Geral-criança. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/crianca-2/sindrome-de-down/>> Acesso: 21 de dez. de 2014.

VYGOSTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente.** 5 edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOSTSKY, Lev Semyonovitch. **Fundamentos da defctologia.** Obras escogidas. Madri: Visos, 1997.

